



Biota Neotropica
ISSN: 1676-0611
cjoly@unicamp.br
Instituto Virtual da Biodiversidade
Brasil

Joly, Carlos Alfredo
ACESSO A RECURSOS GENÉTICOS, REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS E PROTEÇÃO DOS
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS
Biota Neotropica, vol. 5, núm. 2, 2005, pp. 3-5
Instituto Virtual da Biodiversidade
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199114287001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ACESSO A RECURSOS GENÉTICOS, REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS E PROTEÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

A preocupação com o arcabouço legal, pertinente a conservação e ao uso sustentável do gigantesco patrimônio que nossos recursos genéticos representam, é anterior a Convenção sobre a Diversidade Biológica/CDB, pois já consta explicitamente do Capítulo do Meio Ambiente da Constituição do Brasil um dispositivo visando "...preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e" (Art. 225, inciso II).

Ao ratificar a CDB, em fevereiro de 1994, o Brasil assumiu não só o compromisso formal com seus três grandes objetivos – a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e, principalmente, a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados deste uso - como também a obrigação de criar os instrumentos legais para regulamentar o acesso e a utilização dos recursos genéticos sob sua jurisdição, garantindo ainda a proteção aos conhecimentos tradicionais a eles associados.

Muito em função dos interesses dos países desenvolvidos e pobres em biodiversidade, a fase inicial de implementação da CDB, especialmente as três primeiras Conferências das Partes/COPs, foi dominada por aspectos voltados a conservação da biodiversidade. Mas já a partir de 1998 (COP IV), o esforço dos países em desenvolvimento, e ricos em biodiversidade, resultou na criação de dois grupos de trabalho específicos: decisão IV/8 cria o embrião do atual Grupo de Trabalho em Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios e decisão IV/9 cria o Grupo de Trabalho de Conhecimentos Tradicionais.

A relevância e a importância estratégica destas questões levou a VII Conferência das Partes, realizada na Malásia em 2004, a conferir um mandato a estes dois grupos de trabalho para, em conjunto, elaborarem as bases de um Regime Internacional que regule o acesso aos recursos genéticos, garanta a repartição de benefícios e assegure o reconhecimento e a proteção dos conhecimentos tradicionais (decisão VII/19). O resultado das reuniões conjuntas destes dois grupos de trabalho, bem como o posicionamento do Grupo dos Países de Megadiversidade e Afins vão, sem dúvida, dominar as discussões da COP VIII, a ser realizada no Brasil em maio de 2006.

No Brasil multiplicaram-se as Comissões (Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO e Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais), os Conselhos (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético/CGEN e CNPq) e os órgãos (IBAMA e FUNAI) envolvidos na regulamentação e concessão de licenças e autorizações para o acesso e a coleta de componentes do patrimônio genético e/ou do conhecimento tradicional associado. Mas, contrariando as expectativas criadas pelo avanço que significou o Capítulo de Meio Ambiente da Constituição de 1988, em termos de legislação o país pouco avançou, pois mantém como marco regulatório uma Medida Provisória (Medida Provisória 2.186-16/01) autoritária e burocratizante.

Ao longo de 2003, em reuniões coordenadas pelo CGEN, os diversos segmentos da sociedade envolvidos com essa questão – Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais, ONGs, Empresas, Comunidade Científica e Governo (MMA, MCT, MRE, MAPA, FUNAI, IBAMA, CNPq, etc...) – negociaram o texto de um Projeto de Lei a ser encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional. Quinze meses depois, o governo não só não submeteu o projeto de lei ao Congresso como alterou de forma significativa o texto negociado com representantes de todos os setores interessados, descaracterizando-o.

Na seção Pontos de Vista deste número da Biota Neotropica dois especialistas - o Dr. Jorge Soberón, da CONABIO do México e a MSc Cristina Maria do Amaral Azevedo do CGEN - abordam a situação da legislação pertinente ao acesso aos recursos genéticos e a proteção dos conhecimentos tradicionais associados em dois países de megadiversidade, Brasil e México.

Carlos Alfredo Joly
Editor da Biota Neotropica
Representante da SBPC no CGEN

Access to genetic resources, benefit sharing and protection of the traditional knowledge

Our concern with the legal framework related to conservation and sustainable use, of the extremely rich patrimony represented by our genetic resources, predates the [Convention on Biological Diversity](#) since it was already present as a specific item of the Environment Chapter of the [Brazilian Constitution](#) "... to preserve the diversity and integrity of the genetic patrimony of the country and... (Title VII, Chapter VI, Article 225, Paragraph 1, Item II).

When Brazil decided to ratify the [Convention on Biological Diversity](#), in February of 1994, the Country adopted not only a formal commitment with its three great objectives - the conservation of the biological diversity, the sustainable use of its components and, mainly, the fair and equal sharing of the benefits attained with this use – but also the obligation of establishing legal instruments to regulate the access and the use of the genetic resources under Brazilian jurisdiction, and to ensure protection of the traditional knowledge associated with them.

Because of the interests of the developed, but generally poor in biological diversity countries, aspects related to biodiversity conservation dominated the initial phase of the implementation of the CBD, especially the first three [Conferences of Parties/COPs](#). But starting from 1998 ([COP IV](#)), the efforts of the developing, and in many cases rich in biodiversity, countries, led to the establishment of two working groups related to Access to Genetic Resources and Traditional Knowledge: - [decision IV/8](#) created the embryo of the current [Working Group on Access to Genetic Resources and Partition of Benefits](#) and [decision IV/9](#) created the [Working Group on Traditional Knowledge](#).

The relevance and the strategic importance of these subjects led the [Seventh Meeting of the Conference of the Parties](#), convened at Malaysia in 2004, to give these two working groups a mandate to jointly elaborate the framework for an International Legal Regime to regulate the access to genetic resources, guarantee the partition of benefits, and assure the recognition and the protection of the traditional knowledge ([decision VII/19](#)). The result of these joint meetings and the positioning of the [Group of Like-Minded Megadiverse Countries](#) will undoubtedly dominate the discussions of [COP VIII](#), to be held in Brazil in May 2006.

Brazil multiplied the Commissions ([National Commission of Biodiversity/CONABIO](#) and [National Commission of Sustainable Development and Traditional Knowledge](#)), Councils ([The Genetic Heritage Governing Council/CGEN](#) and [The National Council for Scientific and Technological Development/CNPq](#)) as well as Federal Departments ([Brazilian Institute for the Environment and Renewable Resources/IBAMA](#) and [National Indian Foundation/FUNAI](#)) which are concerned with the regulation and concession of licenses, and authorisations, for access to and collection of, components of the genetic patrimony and/or of the associated traditional knowledge. But, frustrating the expectations heralded by the Environment Chapter of the Constitution of 1988, little legislative progress has been made by Brazil on this subject. The legal instrument still used by the Brazilian Government is the extremely bureaucratic, and authoritarian, [Provisional Act 2.186-16/01 \(Medida Provisória 2.186-16/01\)](#).

Throughout 2003, in meetings co-ordinated by [CGEN](#), all the segments of society involved with the subject - Indigenous People, Traditional Communities, NGOs, Private Companies, the Scientific Community, and representatives of various Ministries of the Federal Government (MMA, MCT, MRE, MAP, FUNAI, IBAMA, CNPq, etc...) negotiated a proposal for a new Law to be submitted to Brazilian Parliament. Fifteen months later this new Law Project has not yet being submitted to Congress. Moreover, it seems that the Government has ignored much of what was recommended by interested sectors of society, and that in closed meetings the new Law has been significantly altered, such that it bears little resemblance to the original proposals.

In the section Point of Views of this number of *Biota Neotropica*, two specialists – Dr. Jorge Soberón, of [CONABIO of Mexico](#), and MSc Cristina Maria de Amaral Azevedo, of the [Brazilian CGEN](#) – outline the legal situation with regard to access to genetic resources and the protection of the associated traditional knowledge in two countries with megabiodiversity, Brazil and Mexico.

Carlos Alfredo Joly
Editor of *Biota Neotropica*
Representative of [SBPC](#) in [CGEN](#)

Acceso a los recursos genéticos, repartición de beneficios y protección de los conocimientos tradicionales

Nuestra preocupación con el marco legal relacionado a la conservación y al uso sostenible del enorme patrimonio que representan nuestros recursos genéticos es anterior a la [Convención sobre la Diversidad Biológica/CDB Diversity](#), pues ya consta un ítem de manera explícita en el Capítulo del Medio Ambiente de la [Constitución de Brasil](#) que prevé "...preservar la diversidad y la integridad del patrimonio genético del País y..." (Art. 225, ítem II).

Al ratificar la [CDB](#), en febrero de 1994, Brasil asumió no sólo el compromiso formal con sus tres objetivos principales - la conservación de la biodiversidad, el uso sostenible de sus componentes y, principalmente, la repartición justa y equitativa de los beneficios derivados de tal uso - sino también la obligación de crear los instrumentos legales para reglamentar el acceso y la utilización de los recursos genéticos bajo su jurisdicción y además garantizar la protección de los conocimientos tradicionales a ellos asociados.

En función de los intereses de países desarrollados pero pobres en biodiversidad, la fase inicial de implementación de la [CDB](#) (en especial las tres primeras [Conferencias de las Partes/COPs](#)) fue dominada por aspectos involucrados con la conservación de la biodiversidad. Sin embargo, a partir de 1998 ([COP IV](#)) el esfuerzo de los países en desarrollo, ricos en biodiversidad, resultó en la creación de dos grupos de trabajo específicos: [decisión IV/8](#) crea en embrión del actual [Grupo de Trabajo sobre el Acceso a Recursos Genéticos y Repartición de Beneficios](#) y [decisión IV/9](#) crea el [Grupo de Trabajo sobre Conocimientos Tradicionales](#).

La relevancia e importancia estratégica de estas cuestiones conllevó a que en la [VII Conferencia de las Partes](#), realizada en Malasia en 2004, se expida un mandato a ambos grupos de trabajo para que en conjunto elaboren las bases de un Régimen Internacional que reglamente el acceso a los recursos genéticos, garantice la repartición de beneficios y asegure el reconocimiento y la protección de los conocimientos tradicionales ([decisión VII/19](#)). El resultado de las reuniones conjuntas de estos dos grupos de trabajo, así como también la posición del [Grupo de los Países de Megadiversidad y Afines](#) sin duda dominarán las discusiones de la [COP VIII](#), a ser realizada en Brasil en mayo de 2006.

En Brasil se han multiplicado las Comisiones ([Comisión Nacional de Biodiversidad - CONABIO](#) y [Comisión Nacional de Desarrollo Sostenible de las Comunidades Tradicionales](#)), los Consejos ([Consejo de Gestión del Patrimonio Genético - CGEN](#) y [Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico - CNPq](#)) y los Órganos Federales ([Instituto Brasileño del Medio Ambiente y Recursos Naturales Renovables - IBAMA](#) y [Fundación Nacional del Indio - FUNAI](#)) involucrados en la reglamentación y concesión de permisos y autorizaciones para el acceso y colecta de los componentes del patrimonio genético y/o del conocimiento tradicional asociado. Sin embargo, frustrando las expectativas creadas por el avance que significó el Capítulo del Medio Ambiente de la Constitución de 1988, el país avanzó muy poco en términos de legislación ya que mantiene como marco reglamentar una Medida Provisoria ([Medida Provisoria 2.186-16/01](#)) que es autoritaria y altamente burocrática.

A lo largo del 2003, en reuniones coordinadas por [CGEN](#), los diversos segmentos de la sociedad involucrados con esta cuestión - Pueblos Indígenas, Comunidades Tradicionales, ONGs, Empresas, Comunidad Científica e instituciones gubernamentales (MMA, MCT, MRE, MAPA, FUNAI, IBAMA, CNPq, etc...) - negociaron el texto de un Proyecto de Ley a ser encaminado por el nuevo gobierno al Congreso Nacional. Quince meses después, el gobierno no sólo dejó de someter el Proyecto de Ley al Congreso sino que también alteró de manera significativa un texto que había sido negociado con todos los sectores interesados, de manera que el Proyecto de Ley actual no guarda relación con el texto original.

En la sección Puntos de Vista de este número de la revista Biota Neotrópica, dos especialistas - el Dr. Jorge Soberón, de [CONABIO](#), México, e la MSc Cristina Maria do Amaral Azevedo de [CGEN](#), Brasil - abordan la situación de la legislación pertinente al acceso a los recursos genéticos y la protección de los conocimientos tradicionales asociados a dos países de Megadiversidad, Brasil y México.

Carlos Alfredo Joly
Editor da Biota Neotropica
Representante de [SBPC](#) en [CGEN](#)